



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo na apelação cível nº 296481-0 - Comarca de Ipojuca

Agravante: Município de Ipojuca.

Agravado: José Euclides da Silva.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR CONTRATADO EXCEPCIONALMENTE PELO REGIME CELETISTA. COBRANÇA DE HORAS EXTRAS. PREVISÃO DE LEI LOCAL CONTRÁRIA À DISPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. O direito ao adicional de hora extra é de índole constitucional, consistindo em direito fundamental do trabalhador sobrecarregado com trabalho excedente à jornada regular, de modo que a legislação infraconstitucional não pode afastar seu cabimento. 2. Precedentes citados deste Sodalício. 3. Recurso de agravo improvido à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo na apelação cível nº 296481-0, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator

244
8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo na apelação cível nº 296481-0 - Comarca de Ipojuca
Agravante: Município de Ipojuca.
Agravado: José Euclides da Silva.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo em apelação cível na qual, por decisão terminativa, foram ratificados os termos da sentença de origem, a qual condenou o agravante a pagar ao agravado o valor equivalente às horas extras extraordinárias especificadas, com os acréscimos de lei e verba de sucumbência.

Em suas razões, o agravante pugna pela retratação por parte da relatoria, ou caso contrário que seja submetido o integrativo ao colegiado, no requerendo a reforma do julgado monocrático, aduzindo em suma, que tendo sido o apelado contratado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público da administração, regido por norma municipal própria, não faria jus às verbas previstas na CLT, muito menos as horas extras declaradas como devidas.

Ao final, requereu o provimento do integrativo.

É o relatório.

Recife, 11 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo na apelação cível nº 296481-0 - Comarca de Ipojuca
Agravante: Município de Ipojuca.
Agravado: José Euclides da Silva.

VOTO

Conforme especificado na decisão terminativa questionada, o direito ao adicional de hora extra é de índole constitucional, consistindo em direito fundamental do trabalhador sobrecarregado com trabalho excedente à jornada regular, de modo que a legislação infraconstitucional não pode afastar seu cabimento.

No sentido posto é a jurisprudência deste Sodalício, configura-se aresto adiante ementado:

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO RECONHECIDA NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA. NORMAS CONSTITUCIONAIS AUTO-APLICÁVEIS. REMUNERAÇÃO DEVIDA. AÇÃO PROPOSTA EM DEZEMBRO DE 1999. JUROS DE MORA DE 12% AO ANO. À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.1. Cinge-se a controvérsia à análise do direito dos autores, servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, ao recebimento dos valores correspondentes ao serviço extraordinário não remunerado oportunamente pela municipalidade.2. Estando devidamente comprovada nos autos a relação laboral com o ente público, faz jus o servidor, ou empregado público, ao recebimento das verbas salariais impagas como contraprestação dos serviços prestados, em consonância com o que dispõe o art. 7º c/c art. 39, §3º, da Constituição da República.3. Cabia ao Município, apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, ou a não prestação, pelos autores, do serviço extraordinário, a fim de se desincumbir da obrigação. É que, a teor do art. 333, II, do CPC, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Não o tendo feito, deve suportar as consequências do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.4. Bastaria, nesta conjuntura, que houvesse a edilidade, como forma de satisfazer o ônus probatório, juntado aos autos as folhas de ponto ou de escala dos autores, não obstante possua em seu banco de dados referidas informações, cuja existência restou evidenciada no processo através do depoimento testemunhal levado a termo às fls. 99/100.5. Com essa perspectiva, faço ver que as normas constitucionais relativas à remuneração do serviço extraordinário, aplicáveis também ao funcionalismo público, consubstanciam, incontestavelmente, comandos auto-aplicáveis, obrigatórios e cogentes para todos os entes federados, que não admitem regulamentação restritiva na legislação ordinária estadual e municipal, descabendo à municipalidade alegar, como escusa à sua conduta ilícita, a inexistência de norma específica de regência no afã de locupletar-se injustamente, como dissemos, do trabalho dos servidores.6. Por fim, irreparável é a condenação também no que toca à fixação

u

246
B

dos juros moratórios em 1% (um por cento) ao mês. Com efeito, a teor do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180-35/01, os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, a contar do início de sua vigência, não poderão ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) ao ano, alterando a regra anterior de incidência.7. A contrario sensu, pode-se concluir que, tendo sido a presente ação proposta em 23/12/1999, antes, portanto, o início da vigência da MP nº 2.180-35/01, devem ser os juros de mora aplicados à espécie no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, conforme previa a sistemática anterior, e não 0,5% (meio por cento) ao mês, como pretende o recorrente.8. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo, para manter incólume a decisão terminativa fustigada. (RA 78321-7/01, 2ª CDP, rel. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 11/03/2010).

De minha relatoria, confira-se AC 281634-8, julgada monocraticamente em 29/01/2013, havendo reiterados precedentes desta Câmara julgadora especializada, no mesmo sentido.

Diante do exposto, ao ponto que mantenho a decisão terminativa questionada, nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator